

6

Ensino bilingüe, exigência dos educadores indígenas

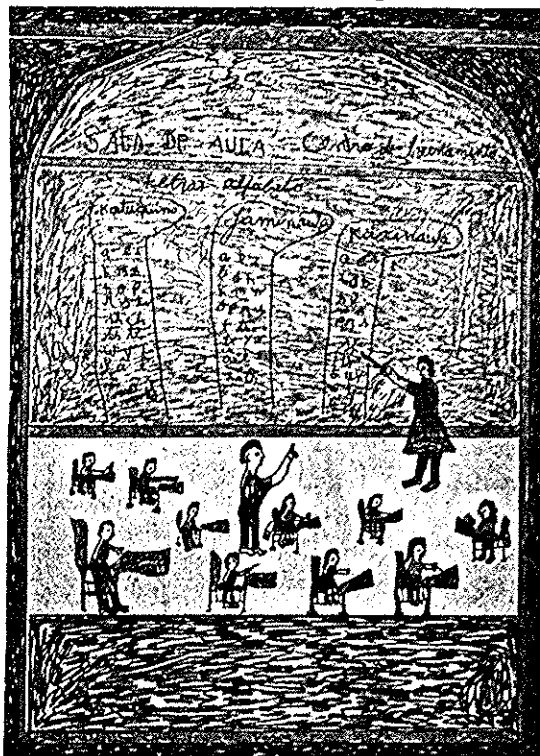
O encaminhamento de proposições para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não é uma preocupação relacionada somente nos professores da chamada sociedade ocidental e "civilizada".

Outros povos também vêm assumindo posturas nesse campo. Explica-se: professores indígenas de todo o Brasil estão discutindo e elaborando propostas para a LDB. De 7 a 11 de maio, com a participação de 12 nações indígenas, num total de 34 professores, a aldeia Salto da Mulher - na área dos Paresi - em Mato Grosso, sediou o "I Encontro Estadual de Educação Indígena". A finalidade do encontro foi a de encaminhar diretrizes básicas para uma política nacional de educação indígena, em vista da garantia de uma nova educação específica e diferenciada que respeite a cultura e a autodeterminação dos povos indígenas no Brasil. Os professores índios elaboraram - durante o encontro - um documento, no qual defendem a implantação efetiva e imediata do ensino bilingüe nas aldeias.

No texto do documento, que inclusive já foi enviado ao Conselho Federal de Educação e aos deputados e senadores, os índios exigem ainda que os currículos escolares comecem a espelhar a história do país também a partir do ponto de vista deles, já que "para os portugueses a descoberta do Brasil foi um sucesso e para os índios foi o início do genocídio (destruição física) e do etnocídio (destruição cultural)". Eles reivindicam ainda que as escolas indígenas passem a ser federais, a partir de agora. O encontro também analisou, detidamente, a nova Constituição - principalmente quanto às novas regras do sistema educacional do país.

A reeducação da sociedade envolvente e nacional, através da reformulação da política de ensino e de novos conceitos acerca das populações indígenas, foi outro dos vários assuntos discutidos durante o encontro. Uma constatação ficou evidenciada nos debates: independentemente de cultura, religião e raça, todos os povos - índio, negro e branco - possuem a mesma capacidade de desenvolvimento intelectual.

Participaram do encontro professores de 12 nações indígenas: Apiaká, Bakairi, Bororo, Kayabi, Karajá, Mamaindê, Nambikwara, Paresi (Haliti), Rikbaktsa, Ticuna, Umutina e Xavante.



Propostas dos índios para a LDB

São essas, resumidamente, as propostas dos educadores indígenas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

1 - As escolas indígenas devem ser vinculadas aos Ministérios da Educação e da Cultura, saindo da órbita da Funai e das secretarias estaduais e municipais de Educação. Esses Ministérios devem criar um organismo específico para tratar a educação indígena com autonomia e recursos próprios.

2 - O governo federal deve criar condições para que a educação indígena seja bilingüe e intercultural, como prevê a nova Constituição. Isto implica na capacitação especializada de professores indígenas e não-indígenas; no desenvolvimento

de currículos e programas diferenciados, com metodologias adequadas para todo o processo do ensino-aprendizagem - especialmente da língua indígena e do português; numa política de publicação sistemática dos materiais didático-pedagógicos bilingües; na isonomia salarial entre professores índios e não-índios - independente do grau de escolaridade e no fortalecimento da organização social, costumes, crenças e línguas de cada povo.

3 - A sociedade envolvente (branca) deve ser reeducada no sentido de abolir a discriminação histórica, manifestada constantemente nas suas relações com os povos indígenas.

Dorothea recebe CUT em a

A audiência que a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, concedeu à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 18 de maio, em Brasília, contou também com a participação do presidente da CNTE, Roberto Felício. Na audiência, a CUT cobrou do Ministério do Trabalho um posicionamento mais firme e cristalino para pôr fim - de uma vez por todas - ao clima de repressão desencadeado contra a classe trabalhadora.

Ainda na ocasião, aproveitando a oportunidade, Roberto Felício conversou com Dorothea Werneck a respeito das greves de professores

e auxiliares administrativos das escolas em diversos Estados da Federação, em defesa da escola pública e pela adoção do piso de um salário-mínimo do Dieese. A ministra foi informada de que, em relação às greves dos trabalhadores em educação, a postura dos governos estaduais e municipais tem sido a de não atendimento das reivindicações, com o agravante do aumento dos casos de violência e repressão policiais contra o movimento pacífico desses trabalhadores.

Em resposta ao colocado pelos sindicalistas, durante a audiência, a

A CPB agora é CNTE - Tel: (061) 225-1003 - 225-2685

Junho 89